AGNELLO BITTENCOURT
JÚLIO UCHÔA
EDMUNDO LEVY

EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO
E O
1.º CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

(Publicação do Govêrno do Estado, pela sua Secretaria de Educação e Cultura, em colaboração ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas).

SERGIO CARDOSO & CIA. LTDA. (EDITÔRES)
MANAUS — 1962

AGNELLO BITTENCOURT
JÚLIO UCHÔA
EDMUNDO LEVY

EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO

E O

1.º CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

(Publicação do Govêrno do Estado, pela sua Secretaria de Educação e Cultura, em colaboração ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas).

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MANUEL VILLARES MONTEIRO

SERGIO CARDOSO & CIA. LTDA. (EDITÔRES)
MANAUS — 1962

SUMARIO

Agnello Bittencourt — Breve retrospecto de sua vida e de sua obra, no Amazonas. 5

Júlio Uchôa — Vida e Morte de Pensador. 35

Edmundo Fernandes Levi — Um reflexo do Pensador. 49

Agnello Bittencourt

EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO

BREVE RETROSPECTO DE SUA VIDA E DE SUA OBRA, NO AMAZONAS, NO TRANSCURSO DO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO.

"Os Mortos, que se fizeram entrar na História, estão cada vez mais vivos."

Petropólis, agôsto, 1962

PRELIMINARES

Descendente de família paupérrima, nasceu EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO em São Luiz do Maranhão, a 18 de setembro de 1862. Aí, fêz os seus primeiros estudos, matriculando-se depois no Liceu em 20 de janeiro de 1879, onde, com brilhantismo, concluiu o curso de humanidades. Viu, lá, ao longe, no Rio de Janeiro, horizontes mais amplos para sua inteligência e aspirações.

A 24 de janeiro de 1881, embarcava para a Côrte, sabe Deus, com que dificuldades. Matriculou-se na Escola Militar. Em 14 de janeiro de 1886, já formado e no pôsto de Alferes, foi promovido a 2.º Tenente e classificado no 3.º Batalhão de Artilharia a pé, sediado em Manaus. Mas, ao passar em Belém, ficou adido ao 4.º Batalhão da mesma arma.

Mais tarde, por ordem de 13 de agôsto de 1887, Eduardo Ribeiro foi mandado recolher ao seu Batalhão (3.º de Artilharia, em Manaus), por medida disciplinar, pois seguia as idéias republicanas do seu mestre Ben-

jamin Constant, como o faziam outros rapazes de sua época, no Rio de Janeiro.

Quando o Conde D'Eu esteve, em Manaus, em dias do segundo semestre de 1889, em trânsito para visitar o Forte de Tabatinga, o então Tenente Eduardo Ribeiro se achava na Capital Baré, e aparece em uma fotografia tomada em ocasião de uma das homenagens prestadas ao Príncipe, no grupo em que está Sua Alteza Imperial. Nesse documento histórico e raro, distingue-se muito bem a figura do Tenente. Pode-se encontrar dito documento na grande coleção de fotografias do nosso Instituto Geográfico e Histórico.

Eduardo Ribeiro ainda permanecia no seu Batalhão a 15 de novembro de 1889, ao ser proclamada a República.

Chegado àquela Capital (Manaus) a nova do grande acontecimento nacional, no dia 21, é deposto o Presidente da Província, Dr. Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões), e, logo instalada uma Junta Governativa. Esperou-se a chegada, do Rio de Janeiro, do Capitão Augusto Ximeno de Villeroy, nomeado Governador do Estado, o que se efetuou a 4 de janeiro de 1890.

Villeroy, ao assumir o govêrno, chamou para o seu Gabinete o Tenente Eduardo Ribeiro. No dia 7, foi confirmado no pôsto de 1.º Tenente. E, como prêmio ao seu talento, cultura e dedicação à causa republicana, Deodoro da Fonseca, Presidente da República,

nomeou-o, a 2 de junho de 1890, para o cargo de Professor da Escola Superior de Guerra.

Villeroy foi obrigado a retirar-se de Manaus, por motivo de muito grave enfermidade em sua espôsa, deixando Eduardo em seu lugar à vista de sua competência, zêlo e honestidade. O Govêrno Provisório aprovou essa designação, estando assim os negócios públicos do Estado sob o govêrno de Eduardo Ribeiro desde 2 de novembro de 1890. Foi a sua primeira investidura. Tôda a gente estava satisfeita com a conduta administrativa do nôvo titular, quando, de surprêsa, chega a notícia de sua exoneração a 4 de abril de 1891. O povo não se conformou com a injustiça. Reunido em grande massa, na praça da República, em frente ao Palácio do Govêrno, a 12 do mesmo mês, quando lhe chegou aquela triste notícia, Eduardo Ribeiro é aclamado Governador do Estado. Temos, em nosso arquivo particular, o Manifesto do Povo assinado por 363 pessoas, a elite de Manaus, nomeadamente militares, comerciantes e próceres políticos. Todavia, a 5 de maio dêsse ano, Eduardo Ribeiro passava as rédeas da Administração ao 1.º Vice-Governador, Guilherme José Moreira (Barão do Juruá).

A 7 de junho, era promovido ao pôsto de Capitão do Estado Maior de 1.ª classe, seguindo para o Rio de Janeiro a 27 do mesmo mês, a fim de investir-se no cargo de lente da Escola Superior de Guerra, para o qual fôra nomeado.

Eduardo Ribeiro exerceu a governança do Amazonas em três períodos: por nomeação e aclamação, sucessivamente, de 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891; por investidura, por ser 2.º Vice-Governador, de 11 de março a 23 de julho de 1892; por eleição constitucional, no quatriênio de 23 de julho de 1892 a 23 de julho de 1896.

MANAUS ANTES DO SEU GOVÊRNO

A Capital do Estado, antes da ação urbanizadora de Eduardo Ribeiro, não passava de "uma grande aldeia". Êle o dissera. De topografia irregular, terreno bastante acidentado e atravessado por igarapés pantanosos, Manaus, assentada à margem do Rio Negro, reclamava vultosos e inadiáveis melhoramentos. Vejamos um pouco de sua antiga feição e do muito que lhe faltava.

Várias pontes de madeira e uma de ferro davam acesso aos seus três bairros, e permitiam o movimento nas ruas e praças, aquelas, quase tôdas, sem calçamento, e estas, sem jardins.

A modelagem natural da cidade foi profundamente modificada face à ação dos escavadores mecânicos e das picaretas manuais. Aterros aqui, desaterros ali, mudaram dita topografia. Basta lembrar que o iga-

rapé do Atêrro, que tinha sua origem ao lado norte do atual edifício do "Jornal do Comércio", foi completamente drenado e aterrado, cobrindo-lhe o horrível pantanal do seu leito. E' nessa antiga bacia fluvial que se estende a bela Avenida Eduardo Ribeiro, a mais importante da cidade.

Quem hoje a transita não pode imaginar o que aquilo fôra e quanto custou, numa época em que os dinheiros públicos equivaliam à medida justa do trabalho honesto.

O exemplo do atulhamento do igarapé do Atêrro foi seguido, mais tarde, por outros governos, como se veio verificar no atêrro do igarapé do Espírito Santo, por onde passam, agora, as importantes avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto.

As antigas pontes de madeira e a de ferro substituiram-se por boeiros aterrados. Manaus foi beneficiada por uma visão do seu embelezamento e fácil trânsito, para o que lhe era indispensável planificação total de suas ruas e praças. Igualmente, seus subúrbios da Cachoeirinha e Cachoeira Grande. Os terrenos altos em que se acham o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a Igreja Matriz, o Grupo Escolar "Saldanha Marinho", a Biblioteca Pública etc., são vestígios dos relevos da cidade. A rua Municipal, hoje 7 de setembro, prolongada para leste, penetrando até alcançar o iga-

rapé dos Educandos ou da Cachoeirinha, foi uma das que mais gozaram do benefício dos planificadores. O mesmo se pode afirmar com relação ao beneficiamento da Rua 7 de Dezembro (hoje Joaquim Nabuco), em quase tôda a sua grande extensão. As lombadas dos terrenos cheios de depressões numerosas desapareceram ou ficaram suavizadas.

Manaus, pelo ano de 1890, não possuia mais do que 20.000 habitantes Em realidade, não tinha nenhum edifício notável pelo seu tamanho e imponência. O mais destacado era o Paço Municipal, onde, à época, funcionava o Govêrno do Estado.

A antiga cidade da Barra do Rio Negro estava repleta de casebres de palha, inclusivamente nos seus pontos centrais. Não possuía rêde de esgôto, telefone, iluminação elétrica, telégrafo etc., melhoramentos êsses que, sòmente bem mais tarde, já em outras administrações, brindaram a cidade.

Observe-se que Eduardo Ribeiro não podia realizar tôdas as necessidades públicas da urbe e do interior do Estado, em um período tão curto de govêrno. Mas, o que êle levou a bom têrmo, além de grandes obras que deixou nos últimos retoques, como o Teatro e o Palácio da Justiça, demonstram o dinamismo de um homem de ferro. Realmente, Manaus era "uma grande aldeia", com foros da Capital do Estado.

OBRAS QUE EMPREENDEU

E' chegado o momento de mostrarmos que Eduardo Ribeiro, até hoje, foi o maior benfeitor de Manaus, não tendo também deixado de cuidar do interior. De uma feita, disse êle perante o Congresso Legislativo: "opulenta receita do Estado, os grandes excessos sempre crescentes das arrecadações efetuadas sôbre as orçadas, são a prova mais evidente de que o Amazonas é capaz dos mais corajosos empreendimentos" ("Mensagem" de 10.7.1894).

Vamos apresentar uma relação dêsses empreendimentos, todos colhidos nas suas **falas** ao Congresso. Ei-la, de obras concluídas em 1894:

Embelezamento da Praça da República; calçamento das Ruas São Vicente e Municipal, no trecho compreendido entre a Praça da República e o Rio Negro; prédio da Imprensa Oficial; casa para as máquinas e assentamento de bombas a vapor, na Cachoeira Grande; planta cadastral da cidade de Manaus, abrangendo o perímetro urbano; abertura de dois quilômetros de prolongamento da estrada Epaminondas, para acesso à Colônia João Alfredo; reparos e obras nos mananciais do abastecimento dágua na Cachoeira Grande; uma casa para escola pública; casa para cadeia em Parintins e muitas outras pequenas. ("Mensagem" de 1.º.3.1896).

Obras concluídas em 1895, as seguintes :

Três prédios elegantes para escolas públicas, na Capital, sendo um na ala leste do Instituto Benjamin Constant; prolongamento (continuação) da estrada Epaminondas, com 22 metros de largura; regularização e atêrro da Rua 24 de Maio; regularização e calçamento das Ruas da Instalação, em tôda sua extensão, e da Municipal, até a Praça 28 de Setembro, inclusive; exploração entre Manaus e Boa Vista do Rio Branco; construção de casa para escola em Manacapuru; casas para cadeia em Manicoré e Maués; duas pontes monumentais de aço e alvenaria de pedra, nos igarapés da Cachoeirinha e Cachoeira Grande; uma ponte de alvenaria de pedra, no igarapé de Manaus; uma ponte de madeira sòlidamente construída, no igarapé do Umirizal; um prédio elegante e de moderna construção, na praça Floriano Peixoto; dois boeiros de alvenaria, nos igarapés do Batista e do Girau, nas partes cortadas pela estrada Epaminondas; abertura de quatro ruas cortadas pela estrada Epaminondas; ala do oeste do Instituto Benjamin Constant; grandes obras no mesmo prédio, de maneira a torná-lo completamente transformado; atêrro e regularização da Rua Leonardo Malcher; ala do norte do Quartel do Batalhão Militar de Segurança; arborização do lado oeste da Igreja Matriz; regularização, calçamento e consolidação dos prédios da Rua Barroso, no trecho compreendido entre as Ruas Municipal e Henrique Martins; regularização da Rua José

Clemente, no trecho compreendido entre a Avenida do Palácio e Estrada Epaminondas; calçamento da Rua 24 de Maio; fonte monumental à Praça 15 de Novembro, em frente à Igreja Matriz. (Mensagem de 1.3.1896).

Seria enfadonha a lista completa de tôdas as obras concluídas e a concluir, bem assim, as projetadas no Govêrno de Eduardo Ribeiro.

Não podemos, porém, deixar de mencionar exatamente as de maior vulto e beleza, em via de conclusão, quando o ilustre militar terminou o seu fecundo e inegualável mandato.

Entre essas obras, algumas gigantescas, mencionamos o Teatro Amazonas, cujo início o Governador encontrara ainda nos alicerces, em abandono, há anos. Prosseguiu no seu soerguimento. E, a respeito, disse Eduardo Ribeiro : "Tem sido extraordinário o progresso nas obras do Teatro Amazonas. O trabalho restante pode ser considerado reduzido à ornamentação da parte interna, pois a parte exterior está concluída. A verba consignada no orçamento do exercício corrente foi insuficiente para fazer face às despesas realizadas. No intuito de não paralizar o serviço e evitar que os créditos do Tesouro fôssem postos em dúvida, pois há encomendas na Europa e na América para conclusão das obras, resolvi, sob a minha responsabilidade, aumentar a respectiva verba, de acôrdo com a demonstração organizada pelo Tesouro. Êste ato fica sujeito à vossa aprovação". Assim falava ao Congresso Legislativo.

Tratava-se, realmente, de uma obra marcante, por seu vulto arquitetônico e riqueza artística, como por sua finalidade cultural e espiritual, obra essa que, depois de acabada e inaugurada já em outra administração, há 66 anos, ainda não foi superada, em majestade e beleza : é e ainda será, por decênios, a primeira da cidade, e uma das mais notáveis do País.

O Palácio da Justiça, que também honra e embeleza a nossa Capital, é outra construção monumental que o saudoso soldado-administrador deixou prestes a ser concluída, o que aconteceu dentro de pousos meses.

Nesta resenha biográfica, que procura ressaltar a capacidade de iniciativa de um grande homem, não pode ficar no olvido a construção do Palácio do Govêrno do Amazonas. Recordemos o fim melancólico do empreendimento. Tivera êle assento ao alto da Avenida do Palácio (mais tarde avenida Eduardo Ribeiro), onde hoje se ostenta o grandioso edifício do Instituto de Educação. Aí, Eduardo Ribeiro mandou que se construisse a sede do Govêrno do Amazonas. Era um prédio enorme, de dois pavimentos altos, tendo já recebido o telhado sôbre armação de ferro.

Dêle trata o Governador, falando ao Congresso : "No Palácio do Govêrno, os trabalhos têm sido executados com grande morosidade devido a dificuldades encontradas pelos contratantes que são sobrecarregados de outros serviços. Durante o semestre, os trabalhos

executados foram · fachada principal, frontão, cimalha e muitas outras obras de alvenaria.

Estão já assentadas 130 toneladas de vigamento de ferro para as paredes centrais e soalho, e 100 de ferro para a cobertura do edifício. Em fins do corrente ano, poderão estar concluídas, outras obras, se forem votadas as necessárias verbas".

Quando Eduardo Ribeiro entregou o Govêrno, por término do seu mandato, em 23 de julho de 1896, as obras dêsse Palácio estavam bem mais adiantadas. Mas, tôdas pararam, e o grande edifício, dentro de poucos meses, teve um fim melancólico, pois, no período eventual, de triste recordação, que sucedeu ao govêrno do Capitão Fileto Pires Ferreira, o referido Palácio foi completamente demolido a dinamite, até a flor do solo, a pretexto de que "era pequeno", sendo necessário outro mais vasto, no mesmo lugar. A execução do contrato da demolição custou Rs . . . . . 1.000.000$000, e não se sabe que fim tiveram os materiais do arrazamento. Aconteceu que outro edifício, ali, então, não foi erguido, senão em novos alicerces, que ficaram para as calendas.

No diadema de glórias de Eduardo Ribeiro, não pôde ser incrustado mais um diamante, que, apenas, carecia dos últimos retoques na sua lapidação.

No plano de projetos do Governador em aprêço, segundo suas Mensagens, contam-se outros grandes

melhoramentos, como luz elétrica, telégrafo, rampa de desembarque, no litoral, na descida da Praça dos Remédios etc.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA AMAZONAS, DE 1890 A 1896

A Administração do Estado, sob o próspero govêrno de Eduardo Ribeiro, esteve compreendido no período áureo de suas finanças. Era o reflexo do aumento da produção e da valorização da borracha, sem o que, quase nada o dinâmico administrador levaria a efeito, no seu plano de obras. E' êle próprio, Eduardo Ribeiro, quem nô-lo diz em sua "Mensagem" de 1.º de março de 1896 : "Não se pode desejar que as condições financeiras do Amazonas sejam mais prósperas. Além de nada dever, o Estado tem, hoje, em cofre uma soma avultada". E, adiante, prossegue : "Desde que foi inaugurado o regime republicano neste Estado, que sua riqueza aumenta progressivamente de um modo notável.

De uma receita arrecadada de RS 2.243:270$000 em 1890, chegamos em 1895, apenas em cinco anos de diferença, a Rs 10.263:579$955. As receitas que tendes votado têm sempre ficado aquém das que são arrecadadas nas Repartições do Estado.

No exercício de 1890, a receita orçada importou em Rs 2.243:270$000 (acima indicada), tendo-se elevado a arrecadação a Rs. 3.570:593$123.

Em 1891, computou-se a receita em Rr . . . . . 5.138:550$000, arrecadando-se, ao fim do exercício, a importância de Rs. 5.989:651$429; e, assim, sempre, em progressão crescente têm variado as receitas arrecadadas.

Em 1894, a receita foi orçada em Rs. . . . . 6.706: 700$000, e a que foi realmente obtida subiu a Rs 9.628:882$645.

Em 1895, foi calculada em Rs 8.605:200$000, atingida a que se realizou à elevada importância de Rs 10.263:579$955. Vê-se, pois, que, de 1892, ano em que, pela segunda vez, assumi o govêrno dêste Estado, até 31 de dezembro último, foi recolhida ao Tesouro do Estado, como receita, a importância de Rs 33.873:088$709". E, prossegue Eduardo Ribeiro na demonstração do quanto o Estado arrecadou no último semestre do seu govêrno, e concluiu: "Não exagero, se disser-vos que as fontes de receita do Estado são inesgotáveis. A muito mais serão elevadas as verbas orçamentárias da receita, quando, para o Estado, convergir uma população de trabalhadores inteligentes e ativos, que venham devassar as nossas florestas até hoje ocultas das vistas do homem".

Eduardo Ribeiro sempre considerou a Lei de Meios como um ponto ponderável e delicado da sua adminis-

tração. Jamais saiu dêsse âmbito, mesmo em face da amplitude da arrecadação da receita, da confiança liberativa do Congresso, e, ainda, do vultoso saldo em cofre.

Nenhuma obra, grande ou pequena, se começava, sem que o Executivo estivesse legalmente autorizado, não obstante os cometimentos serem tantos a um só tempo.

A Diretoria de Obras Públicas e a Inspetoria do Tesouro estavam sempre vigilantes nas providências em tudo que lhes tocava sôbre planos e projetos de obras, materiais e operários e verbas, para que não houvesse solução de continuidade dessas atividades do govêrno.

Todos os empreendimentos eram precedidos de editais de concorrência pública e respectivo contrato. Nunca o Contencioso do Tesouro trabalhou tanto! Poderíamos citar casos em que os chamamentos foram anulados, pelo fato das propostas não atenderem às conveniências da Fazenda.

E' que o Governador defendia a causa pública, como se ela lhe fôsse um patrimônio sagrado. No entanto, ao apagar das luzes do quatriênio de Eduardo Ribeiro, o Congresso Legislativo que, a princípio, lhe foi tão acolhedor e justo, no sentido político, deixou de aprovar, por esquecimento ou cavilosidade, algumas verbas saídas para prosseguimento de obras. Ignoramos

o **quantum** dos dinheiros pagos, sem autorização do Congresso.

Pelo falecimento do ex-Governador Eduardo Ribeiro, procedido o inventária dos seus bens, que passariam a pertencer à sua velha mãe, a Procuradoria Geral do Estado reclamou aquêle **quantum** considerando "apropriação indébita", pela qual era responsável o inventariado. Da relação do acêrvo, para reposição da quantia, foram abandados dois prédios importantes: um, à Praça da República, e outro, à Rua da Instalação.

Êsse ato de confisco, da Justiça de Manaus, consta da "Mensagem" que o então Governador do Estado apresentou ao Congresso Legislativo, como se pode ver dos seguintes tópicos:

"Com a liquidação de contas da herdeira do ex-Governador Dr. Eduardo Ribeiro com o Tesouro estadual, por dinheiros que haviam sido mandados entregar sem verba e ordem legal àquele, passaram a pertencer ao Estado os dois importantes edifícios do acêrvo da herança daquele cidadão" (Mensagem" de 10.7.1902, pág. 51).

NAS ATIVIDADES POLÍTICAS

Eduardo Ribeiro era 2.º Vice-Governador do Amazonas, quando o Coronel Gregório Thaumaturgo

de Azevedo foi deposto do cargo em conseqüência do golpe de Estado desferido pelo Generalíssimo Deodoro da Fonseca, Presidente da República. Na emergência, Gregório Thaumaturgo abandona o govêrno amazonense. Substituiu-o o Coronel Guilherme José Moreira, 1.º Vice-Governador. Isto, por pouco tempo. E' chamado para o cargo, o Capitão Eduardo Ribeiro, na qualidade de 2.º Vice-Governador, para exercer as funções pelo resto do quatriênio, que pertenceria ao Governador deposto.

Era da incumbência de Eduardo Ribeiro realizar, na ocasião oportuna, a eleição do seu sucessor, para o período imediato. O Partido Democrata chefiado por Emílio José Moreira fê-lo seu candidato com o apoio quase integral de Deputados e Senadores.

Para a eleição, estando no Poder o candidato, não havia incompatibilidade legal. Fere-se o pleito : Eduardo Ribeiro sai vitorioso.

E' reconhecido e empossado a 23 de julho de 1892, para o quatriênio a terminar a 23 de julho de 1896.

Eram Senadores da República : o Dr. Manoel Francisco Machado, o Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento e o Almirante José da Costa Azevedo. Deputados Federais : Fileto Pires Ferreira, Francisco Ferreira de Lima Bacury, Gabriel Salgado dos Santos, Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.

Ao assumir o Govêrno, Eduardo Ribeiro trata da reforma da Constituição do Estado. Dissolve o Congresso Legislativo, fazendo eleger, tudo ou quase tudo sem audiência do seu Partido e da Representação nas duas casas do Congresso Nacional. O fato não poderia deixar de irritar aos próceres que estavam sendo desconsiderados, no plano partidário. Começaram êles a criar uma resistência ativa cada vez maior.

Mas, Eduardo Ribeiro, com a sua atitude de realizar uma administração livre das peias de qualquer natureza, quase sempre, direta ou indiretamente, com reflexos no Erário, não se incomodou, talvez de propósito, com as conseqüências da guerra que iria enfrentar.

Em Manaus, o jornal "Amazonas", chefiado pelo intemerato Raymundo Nunes Salgado, num ritmo sistemático, zurzia o govêrno, ainda mesmo que se tratasse de obras ou de atos inatacáveis. Tudo era pretexto. No Senado da República, José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, malhava, braviamente, o govêrno de Eduardo Ribeiro, acusando-o de desonesto e apontando os bens que passara a possuir, depois de sua investidura no Poder.

Na Câmara, o Deputado Gabriel Salgado dos Santos alvejava seu amigo da véspera. Mas, nem todos os Representantes do Amazonas liam pela mesma cartilha. O Partido Democrata estava cindido.

Thaumaturgo de Azevedo, nervoso e explosivo, afinava pelo diapasão dos descontestes, procurando, de

quando em quando, acutilar seu adversário. Os irmãos Moreira e seus partidários, à frente o Coronel Emílio José Moreira, romperam definitivamente suas relações com a situação dominante. Assestaram suas baterias e intensificaram seus fogos contra o homem que estava erguendo Manaus.

O "Diário de Manaus", um jornal sem maiores correntes partidárias, terçou armas nos ataques ao govêrno. Êsse órgão da imprensa local, no aceso de suas exprobações, foi incendiado, numa sexta-feira da Paixão, por incondicionais do Governador que, ao saber do delito, censurou acremente seus autores. Muitos anos depois, o Estado, mediante sentença judiciária, pagou os prejuízos.

Eduardo Ribeiro, após tantos ataques à sua honra e à sua administração, blindada num estoicismo admirável, não esmoreceu. Estava a terminar o seu mandato. Fazia-se mistér preparar o terreno da sucessão. Assanharam-se os políticos.

E' candidato oficial o Capitão Fileto Pires Ferreira, Deputado Federal e muito amigo de Eduardo Ribeiro. Mas, acontecia que o então Congresso Legislativo do Estado iria prestes terminar o seu mandato, antes da sucessão do Governador. Foi eleito o nôvo Congresso do qual iam depender o "reconhecimento" e a "posse" de Fileto Pires Ferreira.

O Partido Democrata tinha maioria de licurgos. Perigava, assim, o candidato oficial. Os situacionistas,

numa cilada por demais cômica e degradante, do chamado **Congresso Foguetão,** alijam, dos seus sufrágios, nove deputados da oposição, ensartando, em seus lugares, outros tantos (intrusos).

Quem escreve estas linhas deve assinalar que era, na época, Amanuense, havia mais de um ano, do velho e respeitável Congresso Legislativo do Estado. De sua mesa de trabalho, viu e ouviu tudo quanto ali se passou.

O Legislativo convertera-se, no momento de sua autoconstituição, num teatrinho bufo, para desempenhar as pantomimas burlescas, que os maus fados lhe destinaram, em três episódios : o de sua integração inicial, que passou a ter foros de legalidade; o reconhecimento e posse do Governador Fileto Pires Ferreira, quando outro fôra o candidato vitorioso nas urnas; e, finalmente, a destituição dêste, quando apenas começava o seu terceiro ano de govêrno, mediante uma falsa renúncia, que se alistou na sentença dos fatos consumados. O Congresso que pôs para dentro o desditoso Fileto, foi o mesmo que o destituiu da governança, aceitando o documento como verdadeiro.

E tudo se efetuou na ausência da vítima.

E' lamentável que Eduardo Ribeiro, tendo-se colocado nos bastidores daquele teatrinho, houvesse concorrido, indiretamente, para as cenas que passaram para a história política do Amazonas. Continuamos em nosso retrospecto.

Eduardo Ribeiro, após entregar ao seu sucessor as rédeas do govêrno, em 23 de julho de 1896, retira-se para o Rio de Janeiro. Mas, não se desliga da política e dos interêsses do Amazonas.

E' assim que, ao terminar o Barão de Ladário o seu mandato de Senador, Eduardo Ribeiro fêz-se candidato à vaga, em concorrência ao Barão, também pleiteante. Êsse perde nas urnas, mas é reconhecido e empossado pelo Senado. Eduardo Ribeiro, conseqüentemente, foi barrado. Era o fim de sua **via crucis,** na política do Amazonas !

O MISTÉRIO DE SUA MORTE

Eduardo Ribeiro faleceu a 14 de outubro de 1900, em Manaus, em sua chácara, à estrada de Flôres, lugar êrmo e cercado de floresta. Contava apenas 38 anos de idade. Seu desaparecimento foi súbito. Tôda a população da Capital ficou, realmente, surpreendida. Na sua maioria, ignorava que o ex-Governador do Amazonas estivesse sofrendo das faculdades mentais. Seu enterramento se efetuou no cemitério de São João Batista, com uma assistência apoteótica. Correra o boato de que se enforcara usando o cordel do seu mosquiteiro de dormir.

Suspeita-se da **causa mortis.** Dentre os que falaram a beira da cova, estava João Barreto de Menezes, que, ali, apontando para o cadáver, exclamou: "Êste homem foi assassinado!" pensamento que criou asas.

Com a devida vênia, utilizamo-nos de um interessante trabalho do Prof. Júlio Uchôa, sôbre o assunto:

"Vamos reproduzir, em síntese, o noticiário dos jornais de 14 de outubro de 1900.

Poderá, assim, o leitor fazer um juízo sôbre o lutuoso acontecimento.

Eduardo Ribeiro residia na Chácara Pensador, em companhia do Dr. Menélio Pinto, diretor da Secretaria do Congresso. Profundamente abalado de suas faculdades mentais à data do suicídio, Eduardo Ribeiro se encontrava sob rigorosa vigilância. Meses antes, estivera no Ceará e na Europa a tratamento de saúde. Em Gênova, uma junta médica composta dos professôres Ludovici, Maragliaso e Taburini o examinara devidamente, concluindo que o seu restabelecimento se processaria pouco a pouco. Do Velho Mundo, retornou a Manaus, em 5 de setembro de 1900.

Permaneceram junto ao Pensador o Dr. Menélio Pinto, o alferes da Fôrça Pública João Emídio Ferreira da Silva, o furriel Severino Augusto de Souza e as praças da mesma corporação Manoel Laranjeira, João Evangelista e José Santos. Era um grupo bem numeroso de vigilantes capazes de velar pela segurança do

ilustre enfêrmo, e evitar quaisquer desatinos que, porventura, êle cometesse no estado de insânia em que se encontrava. Mas, continuemos o inquérito. Um jornal da época, registrando os últimos momentos de Pensador, escrevia : "Passara a noite de sábado para domingo agitadíssimo, pedindo isto e aquilo, em grande estado nervoso. Pela madrugada de ontem (dia 13), o Dr. Eduardo Ribeiro tirando as correntes da rêde, sacudia-as jogando uma nas outras. Tiradas estas por um dos enfermeiros, êle pediu um pouco de leite. E enquanto o seu guarda saía do quarto para pedir o líquido, o grande homem, só, isolado por minutos, pôs têrmo à sua utilíssima existência". Minutos depois, quando o alferes Emídio da Silva entrou no aposento, Pensador estava morto. Suicidara-se no seu próprio quarto de dormir, uma sala junto à varanda, com janela para o quintal e páteo. Tinha enlaçada uma corda de mosquiteiro — uma corda de côr verde — que pendia do armador.

Eduardo Ribeiro jazia com a cabeça para o lado direito, sentado no soalho, a cabeça e tronco apoiados na parede, as pernas estendidas ao comprido, os pés ligeiramente cruzados. Vestia camisão de dormir, de linho branco, e meias pretas com listas brancas.

Às 8 horas e meia, chegavam à chácara os médicos Carlos Gre , assistente de Pensador, Clementino Ramos, Alfredo Araújo e Miranda Leão, que fizeram o respecti-

vo exame. O corpo estava na posição em que fôra encontrado às 5 e 3/4.

Do laudo subscrito pelos médicos que fizeram o levantamento cadavérico, consta o seguintes : a cabeça prêsa por uma corda de linho fixada na parte superior em um armador de rêde; esta corda estava passada em volta do pescoço e atada por um nó corrediço; o restante da corda passava em uma roldana, das destinadas a suspender o mosquiteiro, fixado no centro do teto do quarto; a cabeça do cadáver achava-se reclinada sôbre a espádua direita. A bôca entreaberta deixava ver a extremidade da língua prêsa entre as arcadas dentárias; os olhos cerrados e a face vultosa e congesta. O braço direito, em meia flexão, repousava sôbre o têrço superior da coxa do mesmo lado; o braço esquerdo pendendo sôbre o soalho, repousando sôbre a face dorsal da mão que se achava em supinação. Pelo hábito externo, não notaram equimoses ou outros sinais de violência que demonstrassem luta ou haver sido debatido na ocasião da morte. A posição do cadáver, disseram os médicos, era naturalíssima.

Como vê o leitor, da posição em que se achava o cadáver e do laudo médico, o suicídio do eminente homem público toca as raias do absurdo : estava sentado no soalho e com uma corda de mosquiteiro enlaçada ao pescoço. Cremos que jamais houvesse um caso de um suicídio tão original".

. . . . . .

"Seria um caso para apurar naquela ocasião, abrindo-se o competente inquérito, providência esta que não foi tomada, pelo menos nada lemos a respeito. Os depoimentos do Dr. Menélio Pinto e do Alferes Emídio da Silva trariam, certamente, algum esclarecimento".

Vejamos o que dizem os nossos historiadores: Arthur Reis, na "História do Amazonas", julga que a morte de Eduardo Ribeiro ocorreu "em circunstâncias um tanto misteriosas"; Mário Ypiranga fêz referências à versão corrente da existência de "umas ervas trazidas de Santarém para envenenar Pensador". "Certo é que a morte de Eduardo Ribeiro continua e continuará envolta em mistério à falta de documentos preciosos para desvendar o trágico acontecimento". ("O Jornal" de Manaus, de 21.X.47).

Nas palavras já proferidas, ficaram algumas achegas para que, em outra oportunidade, se escreva, com o brilho que merecerá, uma exaustiva biografia de Eduardo Gonçalves Ribeiro, o Pensador. Não bastará, todavia, que se lhe ressalte o perfil de homem inteligente, culto e dinâmico, tendo agido numa terra, ou seja, num Estado da União ainda modesto, criando-lhe e orientando-lhe o desenvolvimento de novos aspectos, do seu progresso material e espiritual; será, também, necessário pôr em pauta a excelsitude do patriotismo com que impulsionava o ideal da Democracia e da República. E, mais do que isso: faz-se mistér perpe-

tuar-lhe a memória, no seio do povo, erguendo-lhe uma estátua de bronze ao alto da avenida que, em Manaus, tem o seu nome, idéia esta que a gratidão do Amazonas já reclamou algumas vêzes. Assim o será, sem o que não ficaremos quites com a História.

Petrópolis, agôsto 1962.

AGNELLO BITTENCOURT

Julio Uchôa
(Da Associação Amazonense de Imprensa)

VIDA E MORTE DE PENSADOR

VIDA E MORTE DE PENSADOR

JULIO UCHÔA

(Da Associação Amazonense de Imprensa)

A 14 de outubro de 1900 morria, nesta Capital, o grande maranhense Eduardo Gonçalves Ribeiro, ex-governador do Estado, chefe do Partido Republicano Federal e presidente do Congresso Legislativo.

Naquele dia, na antiga Chácara Pensador, à Estrada de Flores, extinguia-se uma vida preciosa. Perdia Manaus o seu benemérito construtor. O Amazonas, compungido pela perda irreparável, ajoelhava-se contrito, ante o corpo inanimado do seu maior administrador. Era o último capítulo de um drama ignominioso que se representava, ali, às primeiras horas da manhã. Vários personagens que nele tomaram parte se ocultaram por traz dos bastidores para que a História lhes não registrasse os nomes, certos de que os mortos não tornam da grande para apontar os seus algozes à vindita dos porvindouros.

. . . . . .

Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu na capital da antiga Província do Maranhão a 18 de setembro de 1862. Chamavam-no "PENSADOR" apelido que lhe ficou de um jornal que fundou e dirigiu em sua terra natal, do qual foram cintilantes colaboradores Pedro Freire e Manoel Bittencourt.

Filho de pais paupérrimos sem recursos, portanto, para ensaiar os primeiros passos na carreira das letras para a qual revelou, desde cedo, acentuada predileção, conseguiu, todavia, feitos os seus estudos primários, matricular-se no Liceu Maranhense, em 20 de janeiro de 1879, onde ensetou e concluiu com invejável distinção, o curso de Humanidade.

Deixando sua Província natal, tomou passagem, a 24 de janeiro de 1881, para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Militar a 24 de fevereiro do mesmo ano, data em que verificou praça no côrpo de alunos.

Ai, a custa exclusivamente de seus esforços e talento, terminou com brilhantismo o curso que lhe deu direito, a 2 de janeiro de 1884, à promoção ao pôsto de alferes aluno, recebendo, mais tarde, já como 2.º Tenente de Artilharia, o grau de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

Classificado no 3.º Batalhão de Artilharia a pé, sediado em Manaus, vinha recolher-se a êsse côrpo, quando, ao passar por Belém, foi mandado adir, naquela capital, ao 4.º Batalhão da mesma arma.

Discípulo do imortal Benjamin Constant, Eduardo Ribeiro jamais ocultou seus pendores pelas idéias republicanas, do que resultou sua transferência, por medida disciplinar, a 13 de agôsto de 1887, para o Amazonas. Foi ajudante, secretário e professor da Escola Regimental do 3.º Batalhão.

Achava-se em Manaus, o jovem militar ao tempo em que o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, dirigindo a ação revolucionária de 15 de novembro de 1889, proclamou a República.

Organizando-se, na capital amazonense, um Clube Militar, a 4 de dezembro de 1889, presidido pelo tenente-coronel Antônio Florencio Pereira do Lago, então membro da Junta Governativa republicana, foi Eduardo Ribeiro convidado para o cargo de 2.º secretário do referido Clube, prestando, nessa ocasião, ao govêrno importantíssimos serviços; oficial de Gabinete do tenente de Engenheiros Augusto Ximeno de Vileroy, quando êsse oficial assumiu a chefia do novo Estado Federado a 4 de janeiro de 1890.

A 7 de janeiro daquele ano, foi promovido ao pôsto de tenente do Estado Maior da 1.ª classe e distinguido a 2 de junho do mesmo ano com a nomeação de professor da Escola Superior de Guerra.

Retirando-se Ximeno de Vileroy da direção do govêrno, por motivo de doença gravíssima na pessoa de sua espôsa e tendo em vista os bons e leais serviços

prestados à sua administração por Eduardo Ribeiro, além de reconhecer o alto grau de moralidade que o habilitava a substitui-lo, indicou o seu nome para êsse fim e aprovada a indicação pelo govêrno central, tomou êle, pela primeira vez, a direção dos negócios públicos a 2 de novembro de 1890, sendo que a 6 do referido mês, foi nomeado 2.º vice-governador do Estado.

Escolhido pelo Govêrno Provisório, a 4 de janeiro de 1891 para governador. Divulgada a notícia de sua dispensa dêsse alto cargo a 4 de abril daquele ano, o povo, reunido em grande massa, secundado pelas forças federal e estadual, aclamou-o governador, onde permaneceu até 5 de maio, quando transferiu ditas funções ao Barão do Juruá (Guilherme José Moreira) 1.º vice-governador.

Eduardo Ribeiro, a 7 de junho de 1891, foi promovido a capitão do Estado-Maior de 1.ª classe, seguindo a 27 para a Capital Federal, a fim de entrar em exercício do cargo de Lente da Escola Superior de Guerra, para o qual havia sido nomeado, como já dissemos.

Por efeito do movimento revolucionário de 14 de janeiro de 1892, que destituiu o primeiro governador constitucional, foi Eduardo Ribeiro escolhido para de novo administrar o Amazonas, cujo govêrno assumiu a 11 de março do mesmo ano.

Eleito governador, ocupou o quadriênio — 1892/1896 — substituindo-o a 23 de julho, o doutor Fileto Pires Ferreira, realizando imorredoura obra adminis-

trativa por todos enaltecida. Referindo-se certa vez à cidade de Manaus disse o insigne maranhense : "Encontrei uma grande aldeia e fiz dela uma cidade moderna".

Pleiteou a eleição para Senador, obtendo esmagadora vitória. Outro, porém, foi reconhecido pelo Senado da República.

Eleito deputado estadual em 1896/1900 foi por duas vêzes escolhido para presidente do Congresso Legislativo.

. . . . . .

Vamos reproduzir, em síntese, o noticiário de um dos jornais de Manaus, de 14 de outubro de 1900. Poderá o leitor, assim, fazer um juizo sôbre a trágica morte de Eduardo Ribeiro.

Residia o imortal maranhense, na antiga Chácara Pensador, em companhia do doutor Minélio Pinto, diretor da Secretaria do Congresso Legislativo. Profundamente abalado de suas faculdades mentais, à época do tristíssimo acontecimento que o vitimou, encontrava-se o doente sob rigorosa vigilância. Meses antes estivera no Ceará e na Europa a tratamento de saúde. Em Gênova uma junta médica composta dos professôres Ludovici, Maragliano e Taburini o examinara detidamente, concluindo que o seu restabelecimento se processaria pouco a pouco. Do velho mundo retornou o enfêrmo a Manaus a 5 de setembro de 1900.

Permaneciam junto a Pensador, o doutor Minélio Pinto, o alferes da Fôrça Pública João Emídio Ferreira

da Silva, o furriel Severino Augusto de Sousa e as praças da mesma corporação Manoel Laranjeira, João Evangelista e José Santos. Era um grupo bem numeroso de vigilantes, capaz de velar pela segurança do doente e evitar qualquer desatino, que, porventura, êle cometesse, no estado de insânia em que se encontrava.

Continuemos, porém. Um jornal do dia, registrando os últimos de pensador, escreveu :

"Passara a noite de sábado para domingo agitadíssimo, pedindo isto e aquilo, em grande estado nervoso. Pela madrugada de ontem (13) o doutor Eduardo Ribeiro tirando as correntes da rêde, sacudiu-as, jogando umas nas outras. Tiradas estas por um dos enfermeiros, êle pediu um pouco de leite... E enquanto seu guarda saía do quarto para pedir o líquido, o grande homem, só, isolado por minutos, pôs têrmo à sua utilíssima existência.

Momentos depois, quando o tenente Emídio da Silva entrou no aposento, Pensador estava morto. Suicidara-se no seu próprio quarto de dormir, uma sala junto à varanda, com janelas para o quintal e páteo. Tinha enlaçado no pescoço uma corda de mosquiteiro — uma corda de côr verde — que pendia do armador.

Eduardo Ribeiro jazia com a cabeça para o lado direito, sentado no soalho, a cabeça e tronco apoiados na parede, as pernas estendidas ao comprido, os pés ligeiramente cruzados. Vestia na ocasião um camisão

de dormir, de linho branco e meias pretas com listas brancas.

Às 8 horas e 30 minutos chegavam à Chácara médicos Carlos Grey, assistente de Pensador, Clementino Franco, Alfredo Araújo e Miranda Leão, que fizeram os respectivos exames. O côrpo estava na posição em que fôra encontrado às 5 horas e 30 minutos.

Do laudo subscrito pelos médicos que fizeram o levantamento cadavérico, consta o seguinte : a cabeça prêsa por uma corda de linho fixada na parte superior de um armador de rêde; a corda estava passada em volta do pescoço e atada por nó corrediço; o restante da corda passava em uma roldana, das destinadas a suspender o mosquiteiro, fixada no centro do teto do quarto; a cabeça do cadáver achava-se reclinada sôbre a espádua direita. A bôca entreaberta deixava ver a extremidade da língua presa entre as arcadas dentárias; os olhos cerrados e a face vultuosa e congesta. O braço direito, em meia flexão, repousava sôbre o têrço superior da coxa do mesmo lado; o braço esquerdo pendente sôbre o soalho, repousando sôbre a face dorsal da mão direita, que se achava em supinação. Pelo hábito externo, não notaram equimoses ou outros sinais de violência, que denunciassem luta ou haver-se êle debatido na ocasião da morte. A posição do cadáver, disseram os médicos, era naturalíssima.

Um ponto, aliás, grave, a nosso ver, e que parece implicar verdadeira conivência na morte de Pensador

por parte dos que o cercavam. O alferes Emídio, como vimos, ao entrar no quarto do doente depara com o doloroso quadro já descrito, às 5 horas e 30 minutos. Pois bem, às 8 horas e 30 minutos o côrpo estava ainda na mesma posição, ou sejam três horas depois da ocorrência; possivelmente àquela hora, Eduardo Ribeiro vivia ainda; ou, que já estava morto, quando prepararam o macabro espetáculo de um suicídio simulado, pode-se, também, concluir. Para êsse ponto, tão controvertido, poderia trazer alguma luz, na primeira hipótese, o laudo médico que dá a morte como ocorrida às 6 horas e 15 minutos, após o achado fúnebre, embora se afirme, no referido documento, que o transe se verificou "em virtude de asfixia por estrangulamento".

Era um caso para apurar, no momento, abrindo-se o competente inquérito pelo poder público; isto foi feito, aliás, segundo informa um jornal da época, mas que as peças do mencionado inquérito desapareceram, misteriosamente, da Chefatura de Polícia. Os depoimentos do doutor Minélio Pinto e do tenente Emídio da Silva, certamente, trariam os esclarecimentos necessários ao doloroso acontecimento. Seria, decerto, de interêsse do próprio govêrno de então, sôbre o qual pesam hoje, após volvidos sessenta anos as mais graves acusações.

Vejamos o que dizem os historiadores regionais. Arthur Cezar Ferreira Reis escreve, em "História do Amazonas", que a morte de Eduardo Gonçalves Ribeiro

ocorreu "em circunstâncias um tanto misteriosas"; Mário Ypiranga Monteiro faz alusão à versão corrente da existência de "umas hervas trazidas especialmente de Santarém" para envenenar Pensador.

Muitas versões correm por aí a respeito do terrível drama que eliminou o saudoso maranhense, sem nenhuma comiseração à insanidade que combalira o organismo, provocada esta, possìvelmente, pelo veneno que lhe fôra inoculado, mesmo porque, os politicoides sem entranhas temiam o seu restabelecimento, como predissera o professor Ludovici, eminente psiquiatra italiano.

Há, assim, a notícia do desaparecimento misterioso daquele médico, residente em Manaus, o qual, depois de examinar detidamente o cadáver, declarara, em altas vozes, não concordar absolutamente com o parecer de seus colegas que subscreveram o atestado de óbito de Eduardo Ribeiro, visto tratar-se, diante da evidência dos sinais que constatara, não de um suicídio, como se fizera capciosamente acreditar, mas de um bárbaro crime, fria e premeditadamente cometido.

Referiu-nos êsse fato, para nós desconhecido, o digno amigo e colega Antônio de Castro Carneiro, que o ouvira de seu genitor, quando, certa vez, viera à baila a morte do inolvidável homem público. E', assim, mais uma versão atinente ao trágico acontecimento.

Constituiu o entêrro de Eduardo Ribeiro verdadeira apoteose. Nunca se tinha visto tamanha consagração a

um morto por parte do povo. Dez bondes superlotados partiram da antiga estação à Praça da República (hoje Pedro II), com destino à residência do falecido.

Quando os bondes chegaram à Chácara Pensador, já havia, ali, incomputável massa humana, formada de tôdas as classes sociais. O ambiente era de intensa tristeza. Todos estavam compungidos, diante da tremenda realidade. Já não mais existia o benemérito cidadão que transformara uma grande aldeia em uma cidade moderna.

No meio da sala estava o caixão que guardava os restos mortais de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Era riquíssimo, de pelúcia prêta, todo guarnecido de rendas e galões de prata fina tendo um passarinho nas pontas da cruz, também, de prata; aos pés um bem feito monograma com as iniciais — E.G.R.

Fêz a encomendação monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, acolitado por quatro padres agostinianos.

Conduziram o caixão para o bonde fúnebre, o coronel Afonso de Carvalho, doutor Porfírio Nogueira, coronel Emílio Pinheiro, desembargador Joaquim Lisboa; o veículo estava ricamente preparado, de veludo prêto, com franjas prateadas e borlas brancas.

O fêretro partiu da Chácara às 17 horas e 15 minutos, abrindo a marcha fúnebre o carro que conduzia o côrpo, seguindo-se-lhe 10 bondes repletos de

gente, alcançando o cemitério de São João, às 18 horas, hora em que a necrópole já se encontrava cheia de amigos do pranteado morto "que numa ânsia dolorosa e triste esperava o seu cadáver".

Falaram à beira da sepultura, o doutor Porfírio Nogueira, secretário do Govêrno, em nome do Estado do Amazonas; major Domingos Andrade, delegado do Grande Oriente do Brasil; senhor Alberto Leal, pela colônia portuguêsa; doutor Barbosa Lima, em nome do jornal "Amazonas"; em nome do Congresso Legislativo, o coronel Afonso de Carvalho; senhor Leonel Mota, pela Loja Maçônica "Esperança e Porvir"; pelos operários, senhor J. dos Anjos. Flores naturais foram lançadas sôbre a sepultura do inesquecível cidadão pelos seus amigos.

Manaus, junho de 1961.

Edmundo Fernandes Leví

UM REFLEXO DO PENSADOR

UM REFLEXO DO PENSADOR

EDMUNDO FERNANDES LEVÍ

"Havendo falecido hoje em sua chácara denominada Pensador no bairro da Cachoeira Grande, desta cidade, o Doutor Eduardo Gonçalves Ribeiro, sem deixar herdeiros presentes, deixando, entretanto bens que devem ser devidamente acautelados, mando que o Escrivão Nogueira, autuando esta, intime os Doutores Curador Geral de Ausentes e Procurador Seccional da República, para no dia quinze do corrente, às nove horas da manhã, no referido lugar, proceder-se a arrecadação e arrolamento de ditos bens, dos quais nomeio Curador ao Doutor Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, que também será intimado". Assim, "o Doutor Emilio Bonifácio Ferreira de Almeida, Juiz Municipal de Órfãos, Ausentes e Interditos de Manaus", tomava conhecimento da morte do Pensador e, oficialmente, determinava a instauração do processo de inventário.

A portaria está datada : "Manaus, 14 de outubro de 1900".

A arrecadação teve comêço, segundo consta do "auto de arrecadação", no dia quinze, à hora designada, estando presentes, além do Juiz Bonifácio de Almeida, do Escrivão Francisco Nogueira de Sousa, e do Curador Amaro Cavalcanti, os srs. Drs. Estêvão Lopes Fortes Castelo Branco, Curador Geral de Órfãos, Tranquilino Graciano de Melo Leitão, Procurador Seccional da República, testemunhas Major João Batista de Faria e Sousa, redator do "Diário de Notícias", Joaquim Freire da Silva, redator do "Manaus", e outros circunstantes, entre os quais um senhor Manoel Pinto e dona Maria Isabel de Sousa Leal, "pessoas de confiança do dito morto e que se achavam em sua companhia ao momento de falecer".

As formalidades da arrecadação processaram-se na Chácara nos dias quinze, dezesseis e dezessete; nos dias dezoito e dezenove, em diferentes pontos da cidade, arrolaram-se os imóveis pretencentes ao espólio, subindo os autos conclusos no dia vinte. Posteriormente, sobrevindo o aparecimento de outros bens, foi reaberta a arrecadação, concluída, finalmente, aos vinte e cinco de outubro.

Logo após, entraram em função os avaliadores do Fôro, José Vieira de Sousa e Jeremias Rodrigues Barbosa. Separaram joias, relacionaram móveis, estimaram imóveis, apreciaram semoventes e conferiram apólices, cadernetas de Caixas Econômicas, títulos de dívidas ativas e apresentaram o cálculo : joias, Cr$ 15.228,00;

móveis, Cr$ 30.300,00; semoventes (uma vaca com cria e um burro), Cr$ 1.600,00; títulos diversos, . . . Cr$ 128.959,00; dívidas ativas, Cr$ 96.032,00 e bens imóveis, Cr$ 1.221.860,00. As jóias eram miudesas; de maior valor, encontraram-se duas canetas de ouro, uma com doze e outra com vinte e dois diamantes, "um anel de engenheiro com dois brilhantes e uma turquesa", calculado em mil cruzeiros, e "um cartão de ouro com vinte safiras cravejado com vinte brilhantes pequenos e dois grandes com iniciais", cotado em oito mil cruzeiros. Aparecem relacionadas dez casas e descritos quarenta e um lotes de terras situados dentro e fora dos limites da cidade. Dinheiro, em moeda corrente, não foi encontrado; apenas duas cadernetas, uma da Caixa Econômica da Província do Amazonas e outra da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, acusavam um depósito de Cr$1.150,38 e Cr$100,00, respectivamente.

O monte dos bens deixados pelo Pensador, cotejado em função dos preços atuais, há, por certo, de suscitar juizos temerários, julgamentos desprimorosos, conceitos denegridores da memória de um espírito que devotou o mais fecundo de suas energias ao engrandecimento da terra cuja capital êle construiu. Mas, numa apreciação leal, sem interêsse outro que não o de divulgar facetas de uma vida preciosa, concluiremos que Eduardo Ribeiro morreu na situação em que morreria qualquer cidadão, da mesma condição, disciplinado no gastar, comedido no despender, equilibrado no

confrontar o orçamento da despesa com o da receita. Analisando-se desapaixonadamente a avaliação, não há como deixar de levantar a voz contra o exagêro dos „preços dados a todos os bens", como bem protestou, através do seu procurador, a velhinha Florinda Maria da Conceição, "mãe e herdeira única e universal do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Capitão de Estado Maior". Basta que se considere que um terreno, situado na rua José Clemente, esquina da Avenida "Eduardo Ribeiro", medindo vinte metros por ambas as frentes, foi avaliado, naquela época, em trinta mil cruzeiros. O terreno do Umirizal, com uma área de quinhentos e sete mil quatrocentos e cinqüenta e dois metros quadrados, foi estimado em oitenta mil cruzeiros. A Chácara Pensador foi apreçada por duzentos e dez mil cruzeiros. Para melhor evidenciar o propositado despropósito da avaliação, cite-se ainda que a "um tanque de zinco para mil galões dágua" foi dado o valor esdrúxulo de oitocentos cruzeiros.

Florinda Maria da Conceição ergueu sua voz, protestando; mas foi em vão. Rebelou-se contra o desaparecimento de um piano que ela mesma despachara na Alfândega, insurgiu-se contra "a dívida de Caetano Monteiro da Silva por ser de dez contos e não de cinqüenta", bradou contra as contas "dos médicos Doutores Ribeiro da Cunha, Antônio de Figueiredo e Bulcão Viana por achar excessivas", não concordando "absolutamente com a do Dr. Macedo de Bragança".

Mas a voz da "mãe e herdeira única e universal" do Pensador não tinha ressonância, era já fraca, débil demais para ser ouvida ou sequer escutada; já não podia apoiá-la o pulso forte daquele a quem ela, no "cumprimento dêsse dever de amor maternal", viera, de longas terras, "prestar cuidados e serviços no estado de loucura em que infelizmente se achava". E assim, até a Fazenda Pública, à última hora, embora "não sendo o Govêrno do Estado banqueiro para fazer tais operações", surgiu como credora de cento e vinte nove mil cruzeiros, provenientes de "importância entregue ao Excelentíssimo Doutor Eduardo Ribeiro", na Europa, pela Liguri Brasiliana.

A avaliação dos bens do espólio foi, inegàvelmente exagerada, como reconheceu até o Procurador da Fazenda que, entretanto, com ela concordou, eis que "a principal interessada, mesma, limitou-se a "protestar". O valor da fortuna, de que dá idéia o inventário, é fictício, irreal, obra e fruto da falta de escrúpulo de alguns daqueles que a inventaram e a inventariaram. Não foi o insigne maranhense um alapardador, não se acoitava êle na furna escura das rabilonguices ratazânicas. Deixou bens porque elegeu esta terra para viver pelo coração e não para gáudio de instintos predatórios. Seus bens, contudo, foram avaliados com o aferidor da gula e da ambição.

A maioria das jóias, como se concluirá de uma leitura dos autos, ou eram cousas comuns ou foram

presentes de amigos e admiradores do grande extinto. As terras, de que dão notícia os autos, foram adquiridas, com todos requisitos legais, em notas públicas, de pessoas que de certo as houveram valendo-se de sábias leis do império baixadas com o objetivo de fixar o homem ao solo. Uma casa, a de número nove da rua Henrique Martins, fôra arrematada, sendo as demais adquiridas de diversos, conforme referem as descrições na arrecadação. Observe-se, entretanto, que nem das casas nem dos terrenos se mencionaram os preços de aquisição ou anexaram as escrituras, não obstante haverem sido encontradas tôdas elas, numa "mala de madeira forrada de sola chapeada de metal amarelo"; não se juntaram as escrituras muito de propósito, com o fim de, não sendo conhecido o preço real das cousas, poderem alguns indivíduos auferir pingues vantagens, locupletar-se com aquilo que, de direito, deveria ter passado ao domínio de Florinda Maria da Conceição.

O Pensador, na realidade, no seu grande amor à terra que escolhera para engrandecer e dignificar, quís possuir terras; e as possuiu, mas honestamente, legalmente.

Capitão de engenharia, fôra auxiliar de govêrno e Governador do Estado em dois períodos; não tinha encargos de família. Ganhara suficientemente bem para deixar, não apenos o acêrvo relatado nos autos n.º 31, do ano de 1 900, do Cartório de Órfãos, Ausentes e Interditos, mas para legar patrimônio de valor

econômico real muito mais considerável, de muito maior importância. E não o deixou; e o de que dão notícia os autos foi ainda avaliado através das lentes multianpliadoras da cobiça. Por isso, num julgamento sereno, na apreciação de um espírito criterioso e justiceiro, não há como ver o Pensador através dos óculos da suspeita. E si houver quem lhe pretenda atirar pedras, é que, como diria o procurador da velhinha Florinda Maria da Conceição, "infelizmente os mortos são mudos" e a maldade humana não conhece limites.

Governador do Estado do Amazonas
GILBERTO MESTRINHO

Secretário da Educação e Cultura
ABDUL SAYOL DE SÁ PEIXOTO.

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico
JOÃO PEREIRA MACHADO JUNIOR.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura